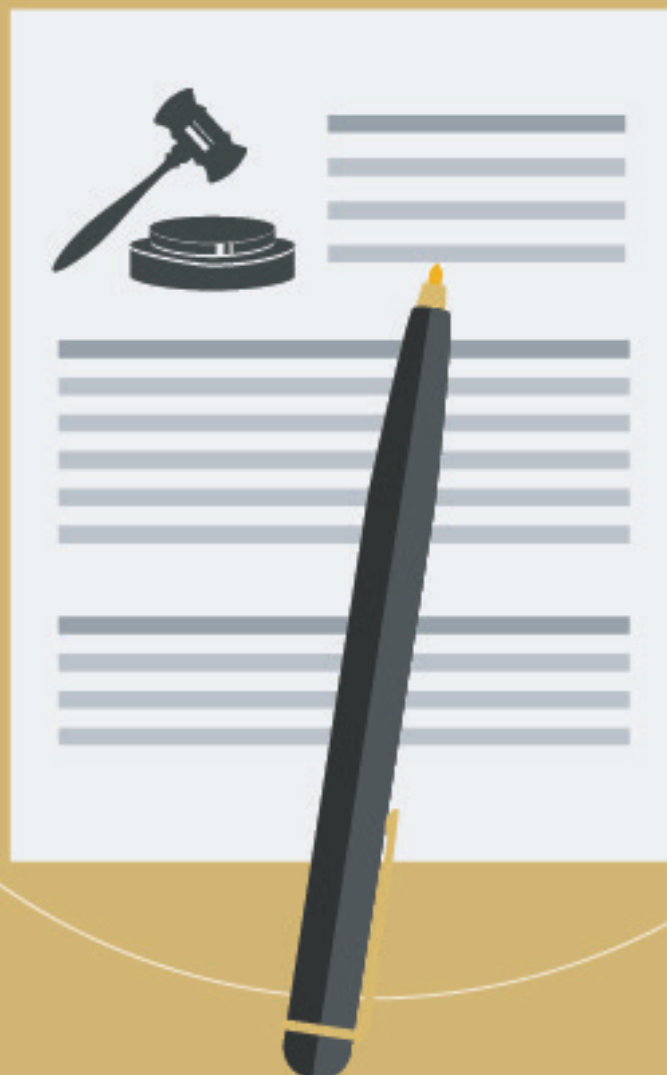


Tutoria no Contexto da Magistratura

Unidade I



SUMÁRIO

Apresentação	11
Introdução	3
Unidade I	4
1.1 Conceituação	5
1.1.1 Sociedade da Aprendizagem	6
1.1.2 Aprendizagem ao Longo da Vida	7
1.1.3 Tutor	8
1.1.4 Educação a distância	8
1.2 Histórico da EaD	9
1.3 Legislação sobre EaD	13
1.4 Abordagens da educação a distância	13
1.4.1 Broadcast	14
1.4.2 Virtualização da escola tradicional	14
1.4.3 Estar junto virtual	15
1.5 Princípios e finalidades da EaD	16
1.6 EaD como modalidade de ensino	18
1.7 EaD e o sistema tutorial	19

APRESENTAÇÃO

À Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, hoje denominada Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira – Enfam, criada pela Emenda Constitucional n. 45/2004, cabe, dentre outras atribuições:

- Regular, habilitar, autorizar e fiscalizar cursos oficiais para ingresso, vitaliciamento, promoção e formação continuada na carreira da magistratura;
- Definir as diretrizes básicas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados;
- Fomentar pesquisas, estudos e debates sobre temas relevantes para o aprimoramento dos serviços judiciários e da prestação jurisdicional;
- Promover a cooperação entre entidades nacionais e estrangeiras ligadas ao ensino, pesquisa e extensão;
- Promover a realização de cursos inerentes aos objetivos da magistratura nacional, com ênfase na formação humanística.

Destarte, deve a Escola contribuir para o aprimoramento do serviço judiciário, a partir de ações educacionais voltadas à formação profissional dos educadores atuantes na formação dos magistrados brasileiros.

Nesse cenário, são demandadas da Enfam e demais instituições de formação de magistrados orientações e formação teórico-prática para a atuação de **Tutores no contexto do ensino da magistratura**. Com base nisso, este material didático foi elaborado com fundamentos na literatura educacional e, principalmente, nas necessidades de aprendizagens dos formadores/tutores atuantes nos cursos das Escolas Judiciais e da Magistratura.

A estruturação do material e do curso tem foco atividades de integração e colaboração entre

os participantes, de modo a permitir o diálogo e a reflexão sobre a teoria e a prática que envolve o trabalho do tutor. O foco do conteúdo é na problematização da realidade na qual o cursista (tutor em formação) está situado, com abordagens teóricas, simulações e práticas, a partir de procedimentos didático-metodológicos considerados apropriados para tal fim.

O curso e o material didático foram desenhados pela equipe da Enfam e teve seu conteúdo desenvolvido pela professora Dr.^a Liliane C. Machado – Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UnB.

O conteúdo do curso, estruturado em quatro unidades, foi pautado nas competências necessárias para a tutoria e com base nas necessidades práticas de tutores atuantes em cursos da Enfam. Tem ênfase em temas difundidos pela literatura educacional da Educação a Distância e nas atividades dos formadores que atuam em ambientes de aprendizagens virtuais.

Por fim, para o aprofundamento necessário dos aspectos relativos ao papel e atuação do tutor, a bibliografia foi selecionada cuidadosamente pela conteudista e equipe da Enfam, de forma a permitir a reflexão e contextualização dos temas abordados, na busca de traçar caminhos para a prática do formador/tutor. Nesse sentido, o material faz parte de um conjunto de ações de capacitação integrado voltado à qualificação desse público.

Marizete da Silva Oliveira – Coordenadoria de Ensino e Pesquisa da Enfam

Introdução

Bem-vindo ao curso de capacitação para tutores on-line!

Nosso objetivo é estabelecer interlocução formativa com cada tutor que atua nos cursos de EAD da Enfam.

Dividimos esta capacitação em dois momentos: um de formação teórica e outro de prática no ambiente virtual de aprendizagem Moodle.

A parte teórica subdivide-se em três unidades. Na primeira, são apresentados conceitos, contexto histórico, abordagens e sistematização da educação a distância (EaD) e da tutoria.

Na segunda e terceira, teremos a oportunidade de conversar especificamente sobre o trabalho do tutor.

Você está convidado para gratificantes momentos de estudo e prática.

Tenhamos um bom trabalho!

UNIDADE I

Iniciaremos nossos estudos, tratando dos conceitos de informação e aprendizagem no contexto da EaD e da denominada sociedade do conhecimento.

Uma vez construída uma concepção sobre "Sociedade do Conhecimento", convido você para dialogarmos, logo a seguir, sobre alguns conceitos necessários à formação de um tutor.

Para Saber Mais



Sociedade do conhecimento

Sociedade do conhecimento é a forma brasileira de traduzir sociedade da informação ou superestrada da informação, expressões conceitualmente mais realistas, menos pretenciosas em sua compreensão e mais precisas em sua extensão cunhadas nos anos 90 pela Comunidade Econômica Europeia e pelos Estados Unidos com o objetivo de planejar esforços ou de concentrá-los na construção de uma infraestrutura global da informação.

Isso significa que a sociedade do conhecimento é, antes de tudo, a expressão empresarial dos investimentos racionalmente programados para o mundo globalizado relativos à informática, telecomunicação, redes de comunicação digitais (banda larga), sistemas de comunicação móveis, que, de modo mais imediato, incluem:

- a) o ensino a distância;
- b) os serviços de telemática para pequenas e médias empresas;
- c) o tráfego computadorizado;
- d) a gerência de tráfego aéreo;

- e) a licitação e compra eletrônica;
- f) as redes de administração pública;
- g) o controle de infovias urbanas ligadas à prestação de serviços das prefeituras;
- h) o uso da telemedicina, etc.

Esse amplo programa de investimentos, feito pela União Europeia e pelos Estados Unidos para garantir uma infraestrutura globalizada da informação, desdobra-se em ações capitaneadas pelo Estado Nacional., por empresas locais e pela rede de pesquisa de cada país (no nosso caso, pelo MEC/CNPq, Capes). No entanto, não se pode esquecer que é do setor privado a responsabilidade primária pelo projeto e pela implementação não só dessa infraestrutura de informação pretendida como pela regulamentação em qualquer nível de parceria e/ou de interconexões (redes locais, internacionais, transnacionais) (NAGEL, 2002, p.1).

1.1 Conceituação

A seguir você encontrará alguns apontamentos conceituais, reflita sobre cada um deles e em caso de dúvida e/ou considerações use o fórum para estabelecer uma interlocução com os colegas e com o (a) tutor (a).

- **Informação** é a matéria-prima do conhecimento e da comunicação entre as pessoas.
- **Conhecimento** Para Johnson (1997, p. 48): "Conhecimento é aquilo que consideramos como real e verdadeiro. Pode ser tão simples e banal como dar o laço nos sapatos ou tão abstrato e complexo como a física de partículas." E, Sacristán voltando-se para a educação afirma que:

As fronteiras entre a ciência e as outras formas de conhecimento não são

tão nítidas, porque, por vezes, são maneiras heterogêneas que apresentam continuidades e interferências. As pessoas não costumam guiar sua vida pela ciência, mas por outras formas de conhecimento, e essa bagagem não pode ser depreciada quando queremos entender a educação e seus agentes. (SACRISTÁN, 1999, p. 59).

Vale destacar ainda o ponto de vista de Lefebvre (1991, p. 67) quando afirma corrobora dizendo que “o conhecimento humano progride da ignorância à ciência”

1.1.1 Sociedade da Aprendizagem

Fabela (2005) define a sociedade da aprendizagem ou, cultura aprendente, como um ambiente no qual a pluralidade de atores contribui para que haja a construção do conhecimento de forma partilhada, numa perspectiva contínua e processual, quer a nível individual ou colectivo, e em todos os domínios da sociedade.

Acreditamos em uma sociedade da aprendizagem que ancora-se nos quatro pilares da educação, são: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver em comum e aprender a ser (Delors, 1999).

Para Saber Mais



Na obra *O ensino na Sociedade do Conhecimento – a educação na era da insegurança*, Andy Hargreaves defende, de forma clara e inequívoca, que “a sociedade do conhecimento é uma sociedade da aprendizagem” (2003, p. 37).

De fato, na perspectiva do autor, a produção do conhecimento, recurso econômico básico

da sociedade, depende da capacidade dos seus membros de se adaptar às mudanças, continuando a aprender de forma autônoma e uns com os outros.

1.1.2 Aprendizagem ao Longo da Vida

O conceito de aprendizagem ao longo da vida, ou seja, a capacidade de continuar a aprender depois de terminada a formação escolar, esquecendo-se a dicotomia entre adquirir conhecimento na escola e aplicar o conhecimento no local de trabalho, é talvez o aspecto mais central na construção de uma nova ordem social (FISHER, 2000). Para Fisher (2000, p. 265), apostar no *lifelong-learning* é uma necessidade da qual depende o futuro da sociedade da informação e do conhecimento.

Com base nos estudos de Fabela (2005), podemos dizer que, na sociedade da aprendizagem, há uma aspiração maior dos indivíduos a investir na própria aprendizagem, com vista ao desenvolvimento do seu projeto pessoal e da sua cidadania.

O sujeito que aprende lança mão dos mais variados recursos disponibilizados pelas Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC, buscando melhorar o desempenho pessoal e profissional por meio de redes de suporte e apoio, a fim de alcançar a excelência pessoal mediante formação ao longo de toda a vida.

É acreditando nesse processo de investimento na própria aprendizagem que, a seguir, trataremos da origem da palavra tutor.

Para Saber Mais



[Lifelong-learning](#): Significa aprender ao longo da vida. A educação continuada representa o conceito de que “nunca é cedo ou tarde demais para se aprender”, filosofia que tem sido adotada por vasta gama de organizações diferentes.

1.1.3 Tutor

A palavra tutor, termo muito popular na antiguidade. Tem sua origem na língua latina (tutore) e significa guarda, defensor, protetor. De acordo com o Dicionário Houaiss, a palavra tutor tem origem no século XIII e possui significado de acordo com a área em que está sendo empregada. Em Direito, tutor significa indivíduo que exerce uma tutela, aquele que ampara e protege. Na administração, tutor é quem ou o que supervisiona, dirige, governa. Para algumas instituições de ensino, tutor é o aluno e/ou profissional a quem se delega a instrução de outros alunos.

A última acepção é a mais comumente utilizada. No caso específico de cursos de EaD da Enfam, o tutor é a figura/profissional responsável pela instrução/formação de magistrados e das respectivas equipes de trabalho.

1.1.4 Educação a distância

Vieira (2003, p. 21) conceitua a educação aberta e a distância como um processo pelo qual professores e estudantes buscam a informação, visando à construção do conhecimento com base nas experiências e interesses de ambas as partes, em espaços e tempos síncronos e assíncronos, através de um sistema de aprendizagem mediado por diferentes meios e formas de comunicação. Assim, na EaD, a interatividade entre os atores envolvidos é indireta e mediada por uma combinação de meios tecnológicos e linguagens de comunicação.

Para Saber Mais



Os tipos de comunicação em EaD podem ser:

Síncronos: a comunicação ocorre em tempo real.

Assíncronos: a comunicação dispensa a participação simultânea dos envolvidos.

Híbrida: utiliza-se a comunicação síncrona e a assíncrona (a Autora, 2015).

Ao assumirmos essa conceituação, entendemos que ela tem origem na concepção dialética de educação. Para Dias (2004, p. 28), a "Educação Aberta e a Distância apresenta-se como forma de educação que possibilita a democratização do conhecimento independente do tempo e do espaço. Sendo assim, a Educação Aberta e a Distância torna-se flexível, adaptando-se ao perfil do estudante, considerando as perspectivas e exigências".

A educação aberta e a distância possibilitou a flexibilidade de tempo e lugar e também um trabalho através das redes colaborativas de aprendizagem.

Para Vieira (2003, p. 6), as redes de aprendizagem são um sistema aberto, dinâmico e flexível no qual os integrantes do grupo podem interagir para atingir um objetivo comum: a construção do conhecimento.

1.2 Histórico da EaD

É necessário retomar a história da EaD no mundo e no Brasil com o intuito de nos localizarmos temporal e historicamente.

Para os autores, não é necessária a substituição de uma alternativa por outra. O que acontece é que as novas alternativas vão se incorporando e ajustando às anteriores e criando novo modelo. Moore e Kearsley (1996, p. 19) mencionam que grande percentual de cursos a distância ainda são conduzidos por correspondência (material impresso).

Quadro 1 - As gerações do ensino a distância

Geração	Início	Características
1 ^a	1880 a 1970	Correspondência: o estudo por correspondência iniciou-se motivado pelas possibilidades oferecidas pelo serviço postal. O aluno estudava em casa. Proporcionou o fundamento para a educação individualizada a distância.
2 ^a	1934	Rádio e televisão: iniciaram-se as operações de ensino a distância pela televisão, quando a State University of Iowa inaugurou aulas sobre higiene oral e astronomia. A transmissão por rádio e televisão possibilitou pouca ou nenhuma interação entre professores e alunos, exceto quando relativa a curso por correspondência; porém, agregou as dimensões oral e visual à apresentação de informações aos alunos a distância.

3 ^a	1960	Novas tecnologias: com a utilização de novas tecnologias para o ensino a distância, o ensino superior percebeu a necessidade de migrar alguns cursos para a nova modalidade. A universidade aberta surgiu de experiências norte-americanas que integravam áudio/vídeo e correspondência com orientação face a face, usando equipes de cursos e um método prático para a criação e veiculação de instrução em uma abordagem sistêmica cujo objetivo era agrupar as tecnologias atuais de educação e adequá-las ao ensino a distância.
4 ^a	1980	Teleconferência: o método surgiu nos Estados Unidos e era utilizado especialmente para treinamento corporativo. Percebeu-se nele a possibilidade de ensino que se aproximava da entidade física sala de aula.
5 ^a	1990	Computador e internet: a realização de classes virtuais on-line por meio da internet tem gerado atividade em escala mundial e enorme interesse pela educação a distância, com base em métodos construtivistas de aprendizado em colaboração e na convergência entre texto, áudio e vídeo em uma única plataforma de comunicação. Favorece, assim, maior interação por meio de chats, fóruns e mídias em geral relacionadas ao computador (CD-ROM, vídeos, áudio, imagens).

Fonte: Moore e Kearsley (1996).

O ensino superior a distância começou a ser oferecido no Brasil durante a segunda metade da década de 1990, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em dezembro de 1996, que oficializou a EaD como modalidade válida e equivalente para todos os níveis de ensino.

Em 1997, universidades e centros de pesquisa passaram a gerar ambientes virtuais de aprendizagem, oferecendo cursos de pós-graduação lato sensu via internet. Assim, entre 1996 e 1997, nasceu a universidade virtual no Brasil, utilizando como ferramentas as tecnologias de comunicação e informação (TIC). De 1997 até hoje, a EaD tem recebido, cada vez mais, apoio do Ministério da Educação para sua implantação e viabilização, bem como das universidades que se adequam para oferecer essa modalidade de ensino.

Na Enfam, a EaD teve início em outubro de 2010 com o curso “Metodologia de Estudo de Caso”, realizado no período de 14 de outubro a 13 de dezembro do referido ano. A aula inaugural foi realizada por meio de videoconferência. Realizado em parceria com a Escola da Magistratura da 4ª Região (Emagis), o curso contou com tutoria do desembargador federal Rogério Gesta Leal.

A defesa da capacitação de magistrados por meio dos cursos a distância é justificada pelas facilidades e vantagens que a metodologia oferece, pois ao participar de tais cursos, o magistrado tem a possibilidade de aperfeiçoar seus conhecimentos, interagir com colegas de diversas regiões, e as escolas e Tribunais reduzem seus gastos com passagens e diárias. Além disso, dentre outras facilidades, os magistrados e escolas podem vencer barreiras geográficas, compartilhar materiais didáticos e experiências relevantes para aperfeiçoamento da prática jurisdicional.

As diretrizes da EAD/ENFAM propõem respeito as especificidades de cada instituição, proporcionando uma unidade na prática de tal modalidade de ensino, no âmbito das escolas de formação profissional de magistrados, considerando as bases legais da EaD no Brasil.

Para Refletir



Você sabe como e por que começou a EAD na sua escola e no curso que pretende atuar como tutor(a)?

1.3 Legislação sobre EaD

De acordo com Gomes (2008), um importante momento para a EaD no Brasil foi a criação, em 1996, da Secretaria de Educação a Distância (SEED). Entre as responsabilidades dessa secretaria está a de atuar como agente de inovação dos processos de ensino e aprendizagem na EaD.

Também em 1996, as bases legais para a modalidade EaD foram consolidadas pela última reforma educacional brasileira. A Lei n. 9.394/96 oficializou a EaD no país como modalidade válida e equivalente para todos os níveis de ensino (fundamental, médio, superior e pós-graduação). Com essa lei, as experiências brasileiras em EaD já somam um grande número de cursos ofertados.

A partir de 2005, universidades, faculdades e centros tecnológicos passaram a oferecer, na modalidade a distância, até 20% da carga horária total de qualquer curso presencial, desde que reconhecido pelo MEC.

Em 2007, mais um passo importante foi dado para a democratização do acesso à educação profissional pública na modalidade de educação a distância com a criação do Programa Escola Aberta do Brasil, o e-Tec Brasil, entre outros.

Há também os Referenciais de Qualidade da EAD. Eles circunscrevem o ordenamento legal vigente em complemento às determinações específicas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, do Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, e das Portarias Normativas 1 e 2 de 11 de janeiro de 2007. Embora sejam um documento que não tem força de lei, subsidiam atos legais do poder

público no que se refere aos processos específicos de regulação, supervisão e avaliação da modalidade citada.

1.4 Abordagens da educação a distância

Para Prado e Valente (2002, p. 29), as abordagens de EaD por meio das TIC podem ser de três tipos: broadcast, virtualização da sala de aula presencial e estar junto virtual.

1.4.1 Broadcast

Essa abordagem baseia-se na ideia dos tutoriais computacionais (Valente, 1999) ou nos livros de instrução programada. O professor do curso organiza a informação de acordo com uma sequência que entende ser a mais adequada; essa informação é enviada ao aluno pelos meios tecnológicos, como já aconteceu com o material impresso, o rádio e a televisão.

No entanto, o computador também pode ser utilizado para entregar a informação ao aluno, usando-se, por exemplo, os recursos da internet. Nesse caso, o professor armazena as lições em determinado arquivo em um servidor e os alunos, via internet, acessam esse servidor, o arquivo e, consequentemente, as lições.

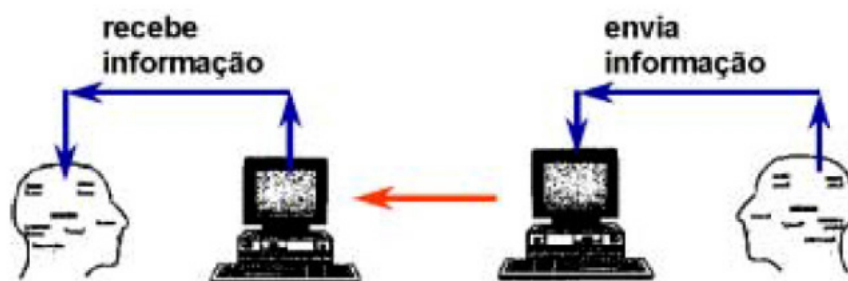


Figura 1 - Abordagem broadcast de EaD entre aluno (esquerda) e tutor (direita).

1.4.2 Virtualização da escola tradicional

Outra abordagem de EaD é a tentativa de implementar, via telemática, a escola tradicional. O processo educacional é centrado no professor, que detém a informação e a passa para o aprendiz. No entanto, como acontece na sala de aula tradicional, nessa modalidade de EaD, existe alguma interação entre o aluno e o professor via internet: tanto o professor quanto o aluno trocam informações.

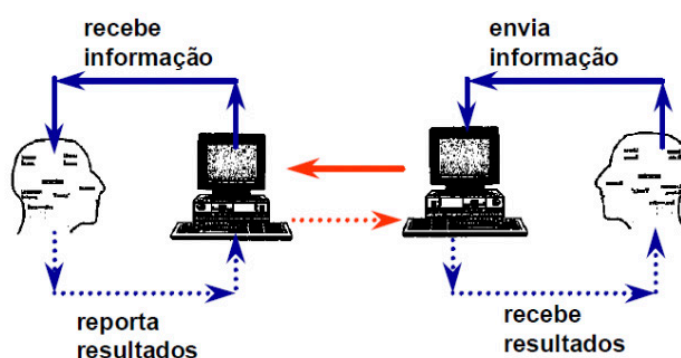


Figura 2 - Virtualização da sala de aula presencial entre aluno (esquerda) e tutor (direita).

1.4.3 Estar junto virtual

A implantação de situações que permitem a construção de conhecimento envolve o acompanhamento e assessoramento constante do aprendiz no sentido de poder entender o que ele faz para desafiá-lo e auxiliá-lo a atribuir significado ao que está realizando. Só assim ele consegue processar as informações, aplicá-las, transformá-las, buscar novas informações e construir novos conhecimentos. Esse acompanhamento do aluno e a atuação do professor podem ser feitos por meio da internet.

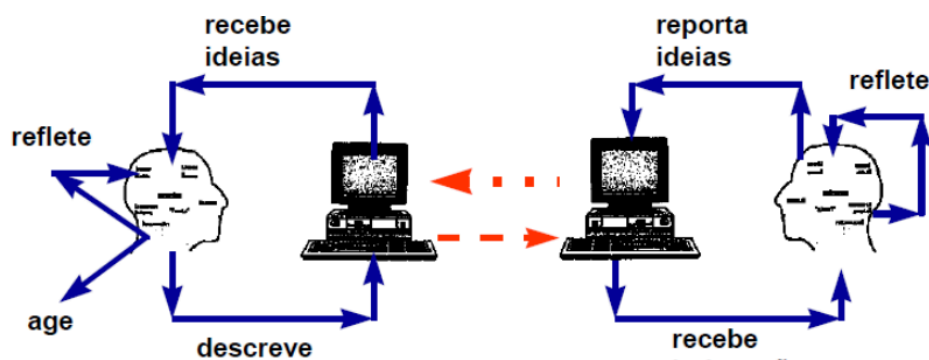


Figura 3- Estar junto virtual entre aluno (esquerda) e tutor (direita).

Na Enfam, todo o trabalho desenvolvido via EaD ancora-se nessa terceira abordagem: estar junto virtual.

1.5 Princípios e finalidades da EaD

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional adota como fundamentos, além dos princípios da flexibilidade e da avaliação, o princípio do respeito às iniciativas inovadoras, facultando a abertura de instituições e cursos em caráter experimental. Ao mesmo tempo, incentiva claramente a modalidade de educação a distância.

Três elementos são necessários para a objetividade e eficácia de um programa de EaD: a interatividade, a seletividade e a qualidade.

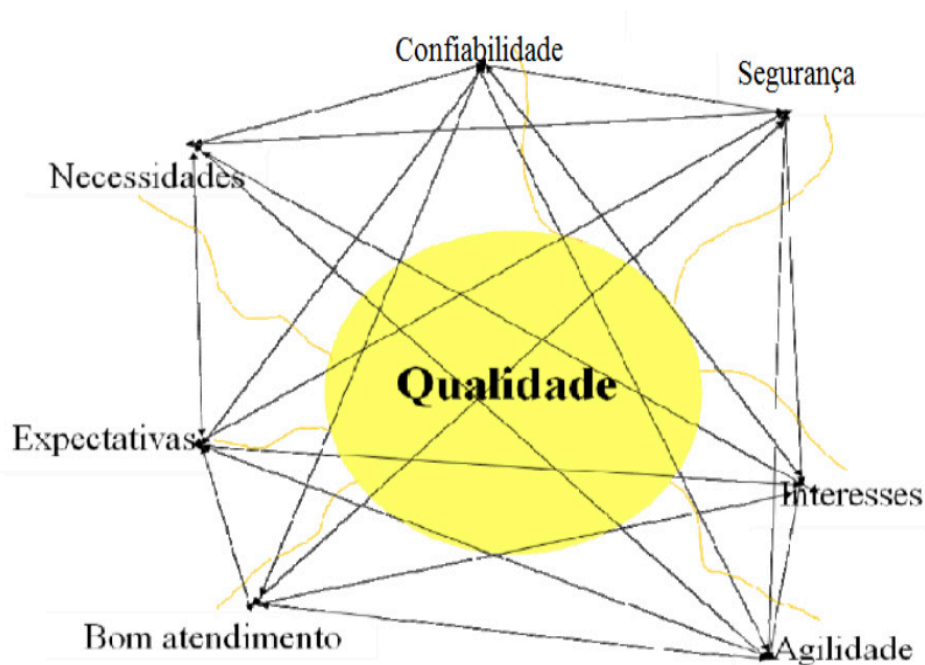
Quadro 2 - Elementos presentes na objetividade e eficácia da EaD

Elemento	Descrição
INTERATIVIDADE	<ul style="list-style-type: none"> Ocorre entre alunos e professores; Ocorre entre alunos em equipes de trabalho, nas discussões; Deve acontecer durante todo o processo.

SELETIVIDADE	<p>É fundamental na comunicação com os alunos, pois o tutor não tem condições de comunicar tudo o que se conhece sobre os conteúdos que estão sendo abordados. É preciso, portanto, selecionar o conhecimento básico, a partir do qual os alunos pesquisarão para aprofundar seu conhecimento e para, mais tarde, em cursos de pós-graduação, produzir novos conhecimentos.</p>
QUALIDADE	<p>Implica uma inter-relação entre as necessidades, expectativas e interesses dos alunos e a confiabilidade, agilidade, segurança e bom atendimento da instituição (veja a Figura 4).</p>

Fonte: Iolanda Bueno de Camargo Cortelazzo (2008).

Figura 4 – Qualidade e suas interações



Fonte: Iolanda Bueno de Camargo Cortelazzo (2008).

Compreende-se que as ações de EaD em cada instituição devem ser norteadas por princípios, que deverão ser definidos pela equipe gestora/interdisciplinar da instituição. A título de exemplo, citamos alguns deles:

- Flexibilidade: permite mudanças durante o processo, não só em relação aos professores mas também quanto aos alunos.
- Contextualização: satisfaz, com rapidez, demandas e necessidades educativas ditadas por situações socioeconômicas específicas de regiões ou localidades.
- Diversificação: gera atividades e materiais que permitam diferentes formas de aprendizagem.
- Abertura: permite que o aluno administre seu tempo e espaço de forma autônoma (LEITE, 1997, p. 38).

Para Refletir



Você concorda que esses princípios representam uma ruptura de paradigma no tocante à educação presencial e apontam para o caráter democrático da EaD, que nos remete a reflexões sobre os meios utilizados e as estratégias de acompanhamento e avaliação a serem implementadas, uma vez que a relação ensino-aprendizagem não mais se restringe ao momento de contato do aluno com o professor?

Seja qual for a tecnologia adotada, a EaD deverá ter, sempre, uma finalidade educativa. Essa finalidade deverá ser definida pela instituição em suas propostas de trabalho.

Seja qual for a estratégia para atingir as finalidades, deve-se disponibilizar e gerenciar os

conhecimentos de forma crítica, priorizando a educação para trabalhar os conteúdos de modo significativo e criando todas as condições para a formação de indivíduos gestores da informação.

Outra questão que precisamos entender é a EaD como modalidade de ensino.

1.6 EaD como modalidade de ensino

A modalidade de ensino a distância é um processo de ensino-aprendizagem que busca possibilitar ao aluno um aprendizado independente, auxiliado, na maioria das vezes, por tecnologias (internet, wiki, fórum, chat, videoconferência). Nela, professores e alunos estão separados espacial e temporalmente.

São elementos essenciais em sua concepção e forma de aplicação, a saber: a separação física entre professor e aluno, que a distingue da educação presencial; a influência da organização educacional, que a diferencia da educação individual; e a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC) para unir professor e aluno e transmitir conteúdos.

Essa modalidade de ensino permite uma eficaz combinação de estudo e trabalho, garantindo a permanência do aluno em seu próprio ambiente, seja profissional, cultural ou familiar. O aluno passa a ser sujeito ativo da própria formação (construção do conhecimento). O processo de aprendizagem desenvolve-se no mesmo ambiente em que se trabalha e vive, alcançando-se, assim, uma conexão entre teoria e prática decorrente da experiência e do contato direto com a atividade profissional que se deseja aperfeiçoar (PORTAL DA EDUCAÇÃO, 2015).

1.7 EaD e o sistema tutorial

Para SOUZA et al (2004), na modalidade de educação a distância, existem três elementos fundamentais em interação: aluno, material didático e professor. A experiência com EaD,

independentemente da concepção de educação adotada e das ferramentas didáticas utilizadas (televisão, rádio, internet, material impresso), tem demonstrado que o sistema tutorial é cada vez mais indispensável ao desenvolvimento de aulas a distância.

Para Refletir



Cabe ao tutor acompanhar as atividades discentes, motivar a aprendizagem, orientar e proporcionar ao aluno condições para uma aprendizagem autônoma.

A educação a distância demanda sistema de transmissão e estratégias pedagógicas adequados às diferentes tecnologias utilizadas. A estratégia didática da EaD, de acordo com Brande (1993), significa a escolha dos métodos e meios instrucionais estruturados para produzir aprendizado efetivo.

Não merece atenção apenas o conteúdo do curso, mas também as decisões sobre o suporte ao aluno, acesso e escolha dos meios. A forma como o tutor e o aluno se comunicam e interagem dependerá do esquema de aprendizado a ser usado. O autor revela ainda três fatores indispensáveis para que a educação a distância aconteça: o modelo de aprendizagem, a infraestrutura tecnológica e a infraestrutura física propiciada pela instituição.

Para Rodrigues (1997), é necessário rever as dimensões educativa, tecnológica e comunicativa em relação ao papel e ao protagonismo que assumem tutores na organização do trabalho pedagógico. É preciso insistir na ideia de que as multimídias não transformam o trabalho do tutor; apenas expressam, com grande impacto, os novos cenários da sociedade contemporânea e permitem um armazenamento enorme de informação por meio de novas linguagens.

Dessa forma, a educação a distância deve ser assumida como uma das utopias da educação para desenvolver as sociedades e superar os imperativos da cultura de consumo. Tais questões

sublinham a importância da atuação do tutor em EaD, cujo perfil profissional deve conter competências bem mais complexas.

Para Refletir



COMPETÊNCIAS DO PROFISSIONAL (TUTOR)

- Saber lidar com os ritmos individuais diferentes dos alunos;
- Apropriar-se de técnicas novas de elaboração do material didático impresso e do produzido por meios eletrônicos;
- Dominar técnicas e instrumentos de avaliação, trabalhando em ambientes diversos daqueles já existentes no sistema presencial de educação;
 - Ter habilidades de investigação;
- Utilizar técnicas variadas de investigação e propor esquemas mentais para criar uma nova cultura, indagadora e plena, em procedimentos de criatividade.

A figura de destaque responsável pelo bom andamento das atividades é o tutor, profissional que assume a missão de articulação de todo o sistema de ensino-aprendizagem, seja na modalidade semipresencial ou a distância.

A instituição que busca desenvolver EaD precisa investir na criação de sistemas tutoriais realmente eficazes, apropriados a apoiar e promover o crescimento do aluno em cada uma das etapas do processo de ensino. O tutor também deve ter muita clareza de seu papel.

Segundo Ferreira e Rezende (2003), o tutor deve acompanhar, motivar, orientar e estimular

a aprendizagem autônoma do aluno, utilizando-se de metodologias e meios adequados para promover e facilitar a aprendizagem.

Através de diálogos, de confrontos, da discussão entre diferentes pontos de vista, das diversificações culturais e/ou regionais e do respeito entre formas próprias de ver os conhecimentos e de se posicionar diante deles.

Estrategicamente, a função do tutor é resolver os ruídos da comunicação e os problemas que surgem ao longo do processo de ensino, procurando, ao mesmo tempo, articular e desenvolver ações para aperfeiçoar o sistema de EaD, que deve ser alvo de constantes reflexões (SOUZA et al., 2004).

Em suma, o sistema tutorial compreende um conjunto de ações educativas que contribuem para desenvolver e potencializar as capacidades básicas dos alunos, orientando-os a obter crescimento intelectual e autonomia, e também para ajudá-los a tomar decisões diante do desempenho e das circunstâncias de participação no curso.

Encerra-se aqui a Unidade I. Considerando abordagens deste material, realize as atividades propostas e compartilhe suas dúvidas e curiosidades sobre a EaD com seus colegas e tutoria.